

Inês El-Jaick Andrade

Arquiteta e urbanista, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Av. Brasil, 4365, Prédio do Antigo Almoarifado, Manginhos, RJ, CEP 21045-900, ijaick@coc.fiocruz.br

Resumo

Este trabalho enfatiza o papel dos jardins históricos como a expressão de um ambiente historicamente produzido. Analisa e contextualiza essa recente categoria patrimonial tendo como referência a sua temporalidade e a integridade de sua permanência. Defende que esses “monumentos vivos” são documentos culturais que se renovam e se deterioram, e que a apropriação descomprometida põe em risco o significado e o testemunho futuro.

Palavras-chave: jardim histórico, preservação, patrimônio cultural

Dos jardins modestos aos parques ordenados ou paisagísticos

A preservação dos jardins históricos, ou jardins de interesse histórico, justifica-se de acordo com preceitos baseados em sua importância histórica e artística, ou seja, em sua significação cultural, que contribui para o fortalecimento da memória e da identidade de uma sociedade, bem como na leitura e na qualificação da cidade. Para ser considerado como herança cultural ele deve seguir a regra gramatical da arte, quer seja projetado por leigos ou por profissionais.

O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. Dentro da história da ideologia da preservação, a definição de diretrizes distintas para a conservação e restauração de jardins data do final da década de 1970. Muitos exemplares de jardins que se encontravam na malha urbana foram perdidos ou depredados, seja por interesses políticos

e especulativos ou por desconhecimento de seus administradores e do próprio público.

No passado a noção de Patrimônio Cultural se restringia somente aos monumentos edificados, mas a partir da segunda metade do século XX começam a se esboçar debates em relação à salvaguarda das paisagens silvestres, dos sítios e monumentos naturais (hortos, jardins, passeios, entorno das edificações e espaços verdes de centros históricos).

No fim da Segunda Guerra Mundial, com as cidades da Europa destruídas e necessitando ser reconstruídas e planejadas, a arquitetura de paisagem começa a ser encarada como uma atividade importante na reconquista urbana. A Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) foi fundada em setembro de 1948, na Universidade de Cambridge (Inglaterra), em uma reunião presidida pelo respeitado arquiteto Geoffrey Jellicoe¹. A necessidade de criar uma federação internacional para os projetistas da paisagem partiu do grande benefício que seria o intercâmbio entre os profissionais de variados países.

¹Geoffrey Alan Jellicoe (1900-1996), arquiteto inglês que se dedicou ao projeto de jardins e paisagens. Seus principais projetos foram: o Water Garden, em Hemel Hempstead, o Kennedy Memorial, em Runnymede, e o Sutton Place, em Surrey.

A IFLA foi fundada em uma época em que a ecologia e o meio ambiente eram encarados pelo público com a mesma relevância de hoje. Desde seus primórdios teve importantes membros, profissionais pioneiros do paisagismo moderno na Europa². São implementados, no final da década de 1960, parcerias e grupos de trabalho sob a forma de seções (e posteriormente comitês) para serem discutidas as diferentes frentes de atuação, a fim de garantir a abrangência necessária aos temas dentro da arquitetura de paisagem. Muitos dos trabalhos dos comitês, entre 1960 e 1970, foram relacionados com comissões específicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e com outras ações para promoção do verde nas cidades.

Em 1967, reunida na Sardenha (Itália), durante a sua Assembléia Geral, a IFLA criou uma seção específica e pioneira, sob a coordenação de René Pechère³, para discutir a metodologia para tratar os jardins de interesse histórico. Inicialmente foram catalogados os principais jardins, considerados históricos, existentes em diversos países do mundo. O resultado do grupo de pesquisa foi considerado decepcionante, pois foram identificados apenas 2000 jardins, um número pequeno comparado ao número de bens culturais mundiais (ICOMOS, 1971). O objetivo da seção era montar inventários de jardins existentes no mundo, pesquisar os meios de proteção, conservação, restauração e manutenção desses espaços, analisar e registrar as regras de composição da arquitetura e dos elementos vegetais, bem como o entorno imediato dos jardins históricos e impedir a destruição desses espaços considerados valiosos.

Formalizado e iniciado o trabalho do grupo de estudos, René Pechère apresentou em diversas reuniões científicas, promovidas pelo Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), argumentações sólidas para a inclusão dos jardins de interesse histórico nas recomendações e debates no âmbito internacional. Porém os jardins eram relegados ao segundo plano, pois eram considerados uma arte menos complexa. A temática da preservação de sítios históricos segue a discussão da carta patrimonial de Veneza de 1964, porém o assunto, até então, era tratado de forma muito superficial.

Apenas em 1970 é fundado o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios, como uma subdivisão do ICOMOS e do IFLA. Seus objetivos principais eram

promover a defesa, a reabilitação, o conhecimento e a difusão desse patrimônio cultural ameaçado, através de conferências, simpósios e publicações.

Em 1971, na cidade de Fontainebleau (França), acontece o primeiro simpósio internacional de proteção e restauração de jardins históricos, organizado pelo comitê conjunto do IFLA/ICOMOS. Foram discutidos as experiências e os problemas enfrentados por diferentes países sobre questões pertinentes à preservação dos jardins históricos. As discussões concentraram-se nas definições e problemas envolvendo os inventários, os perigos e causas das destruições de jardins, a questão da preservação dos grandes jardins privados, as leis de proteção e as recomendações de como proceder na conservação dos jardins.

Ao final do encontro, foram apresentadas recomendações para a salvaguarda dos jardins e a definição de jardim histórico: “Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e horticultural de interesse para o público do ponto de vista histórico e artístico” (ICOMOS, 1971:233). O empenho e a produção científica do comitê do IFLA/ICOMOS foram marcantes. No âmbito científico internacional, acabam por gerar da década de 1960 à de 1980 numerosos estudos publicados sobre um tema, até então, não discutido: a restauração em jardins históricos. A geração de René Pechère foi pioneira e a principal responsável pela formalização da preservação de jardins de interesse histórico, concretizada anos mais tarde com a publicação da Carta de Florença.

Ambientes historicamente produzidos

A significação da Carta de Florença de 1981 (ICOMOS/IFLA) não está apenas na materialização de anos de trabalho do comitê internacional e na tentativa de, com suas experiências regionais, estabelecer normas e procedimentos padronizados, mas também na criação de um novo termo técnico introduzido à família dos bens culturais: jardim histórico. Este é definido por seu caráter de interesse histórico e não por suas particularidades estilísticas ou por dimensões: “A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos” (Carta de Florença, Art. 6, 1981 apud CURY, 2000:254).

² Foram membros fundadores da IFLA em 1948: Holger Blom (Suécia), Brenda Colvin (Reino Unido), Sylvia Crowe (Reino Unido), Victor D'ors (Espanha), Ferdinand Duprat (França), Sven Hansen (Dinamarca), Geoffrey Jellicoe (Reino Unido), René Latrinne (Bélgica), Walter Leder (Suíça), OLSSON, Paul Olsson (Finlândia), René Pechère (Bélgica), Catharina Polak-D (Holanda), Pietro Porcinai (Itália), Luis Riudor Carol (Espanha), Aline Scholtzowna (Polônia), Elise Sorsdal (Noruega) e Maurice Thionnaire (França). Alguns desses profissionais atuaram ativamente na organização, assumindo a presidência da IFLA, tais como: Sylvia Crowe (1969), René Pechère (1956-1958), Walter Leder (1954-1956) e Geoffrey Jellicoe (1948-1954).

³ René Pechère (1908-2002), arquiteto belga e membro da Associação Belga de Arquitetos de Jardins e Paisagistas (ABAJP). Foi o primeiro presidente do comitê conjunto de Jardins e Sítios Históricos do IFLA-ICOMOS, cargo que esteve à frente por vários anos. Em sua atividade profissional, não limitada à Bélgica, projetou mais de 900 jardins públicos e privados. Entre suas obras de restauração de jardins históricos destaca-se o Royal Gardens King Leopold III, na Bélgica.

Passadas mais de duas décadas desde a divulgação do documento pelos países-membros, o termo é empregado usualmente em publicações científicas, mas seu efeito prático, em termos de proteção, ainda está longe do ideal. Parte dessa dificuldade pode estar na interpretação inadequada do termo “histórico”. A “história” pode ser encarada como um conjunto de eventos do passado, de maneira que tudo que pertence ao tempo histórico faz parte desta. Assim, a tarefa de selecionar o que é histórico, por si mesma é impensável, já que compreende tudo que já foi ou esta sendo construído.

Todo o ambiente é historicamente produzido, sob condições historicamente determinadas. Para Alois Riegl (1999), é denominado “histórico” tudo que existiu em algum momento e não existe mais. Portanto, vincula-se à idéia do historicismo positivista, já que o que alguma vez existiu não pode voltar a existir, e que tudo que existiu constitui um elo imprescindível e indispensável de uma cadeia evolutiva.

Dessa maneira, considera-se imprescindíveis todos os acontecimento históricos. Contudo, dirige-se a atenção àqueles testemunhos que parecem representar etapas destacadas no curso evolutivo de um determinado ramo da atividade humana. Um outro termo é aplicado para designar a idéia do ciclo natural de nascimento e morte, isto é, o valor do tempo transcorrido: o valor de antiguidade.

Contribui para esta percepção da história o alemão Johann Joachim Winckelmann (1717-1768). É atribuído a Winckelmann a criação de um novo campo de conhecimento: a história da arte. Até o século XVIII o domínio das coisas da “antiguidade” era dos antiquários. A ação de conservação dos monumentos limitava-se ao estudo e registro em forma de livro ilustrado com gravuras. Embora o consenso dos eruditos (Igreja e aristocracia) fosse de lamento pela degradação, o estado de abandono ou ruína, apenas uma pequena minoria preocupava-se com a proteção “in situ”.

Na Inglaterra, as associações de antiquários levantam-se como guardiãs dessa herança, criando uma estrutura de proteção privada e cívica. No entanto, não existia nessa atitude, de acumulação das “coisas antigas”, uma postura de reflexão crítica e uma contextualização do momento de sua criação. A tradição de acumular objetos acaba por reduzi-los

e esvaziá-los de seu verdadeiro valor – histórico e artístico. O olhar do historiador da arte vai ampliar o círculo de colecionadores e apreciadores.

Já para Walter Benjamin, filósofo frankfurtiano, a concepção de que o histórico é somente o tempo decorrido não faz sentido (1994). O passado não é acabado, pois repercute no presente de maneira que permite reativar um aspecto perdido desse tempo passado. Essa conservação e reapropriação do fragmento de história - memórias coletivas - reivindica do historiador um papel de sujeito ativo, em contraposição ao historiador historicista que estuda “amontoados e ruínas”.

Essa mentalidade dialética do processo histórico colabora para a percepção de que a história está presente em todos os aspectos e recortes cronológicos da vida, embora se distinguisse por não ser encarada como vida-morte. É possível traçar um paralelo entre o materialismo histórico aplicado em documentos históricos tradicionais e a permanência de outros documentos, como os monumentos construídos da cultura material, inclusive as paisagens culturais. Essa atitude frente ao monumento de “sentido inacabado” deve acompanhar todos os que pretendem dedicar-se à preservação de bens patrimoniais.

‘Historic’ is a relative term and clearly everything that is not contemporary must be historic to some degree. Historic value [historical] is another matter, and this is frequently determined partly by age and rarity and partly by the perceived artistic quality and significance of contemporary things and this is a problem for gardens because, unless consistently cherished, they could disappear before they become recognized as important (SALES, 1995:1) ⁴.

Logo, o que define se uma paisagem cultural, no caso jardins e parques, deva ser considerada histórico-cultural (historical) transcende o valor de antiguidade e o termo usual “histórico”. O reconhecimento do bem patrimonial ocorre por suas qualidades especiais. Cabe esclarecer que ambos os termos em inglês “jardim de interesse histórico” (gardens of historical interest) e em francês “jardim histórico” (jardins historiques) estão presentes nos primeiros relatórios de reuniões de especialistas do comitê internacional (ICOMOS, 1971). É a partir da publicação da Carta de Florença (1981) que a aplicação do termo fica standartizada.

4 “‘Histórico’ é um termo relativo e claramente tudo o que não é o contemporâneo deve ser, até certo ponto, histórico. Valor histórico [de interesse histórico] é uma outra questão, e isto é em parte frequentemente determinado por idade e raridade e em parte pela qualidade artística percebida e significação de coisas contemporâneas e isto é um problema para jardins porque, a menos que constantemente apreciados, eles poderiam desaparecer antes que eles fossem reconhecidos como importantes” (SALES, 1995:1).

Apropriação do tempo e do uso em jardins de interesse histórico

Nas intervenções de salvaguarda em jardins de interesse histórico, como parques e jardins, as adaptações têm uma maior complexidade, pois os espaços interno e externo possuem uma evidente interatividade. Aliado a isso, ainda existe muita dificuldade por parte dos profissionais técnicos, inclusive dos órgãos do patrimônio, de como conciliar a alteração da substância vegetal e suas inevitáveis substituições com os preceitos da disciplina da preservação. Se por um lado é evidente que os danos causados pela ação do tempo e da utilização do bem patrimonial devem ser amenizados através de medidas preventivas, por outro, o conceito de “monumento vivo” não é facilmente assimilado.

Isso pode ser exemplificado pela Ata da 23ª reunião do Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, em 10/08/2000, sob a presidência de Carlos Henrique Heck (IPHAN). Entre os assuntos tratados nesta reunião destaca-se o parecer sobre a proposta de tombamento do Conjunto Histórico no Bairro da Luz (SP) e da rerratificação da delimitação da poligonal de tombamento do Sítio Roberto Burle Marx e tombamento das suas coleções museológica e bibliográfica (RJ). Diante do questionamento do Conselheiro Nestor Goulart sobre a validade técnica do tombamento de um jardim, o Conselheiro Ítalo Campofiorito apresenta as seguintes ponderações:

O jardim não permanecerá imutável, porque é impossível, são coisas vivas. Mas da forma como um jardinista pode esperar que um jardim se preserve, ele será preservado. Eventualmente uma planta será substituída por uma jovem, que nasce ao lado, como se faz em nosso Jardim Botânico [...] Toda a coleção, o grande viveiro, tudo é conhecido, está relacionado e especificado, com indicação da quantidade e da qualidade. Já não é o mesmo, com certeza, de quinze anos atrás, alguma planta desapareceu e outra surgiu. Mas a conservação se fará mantendo o desenho original. [...] Se no futuro irão respeitá-lo ou não, é o mesmo problema para qualquer outra obra de arte. No caso dos jardins em geral, a pergunta cabe e é complexa.

[...]

Então quando tombamos um jardim deveríamos ter igual documentação e deveríamos pautar uma política

de preservação mantendo o projeto original. As plantas perecem e devem ser renovadas, as mesmas espécies com os mesmos desenhos, de modo que considero a preocupação pertinente, seria importante fazer um levantamento não apenas das espécies, mas da disposição das espécies, do projeto e da concepção paisagística das espécies (Ítalo Campofiorito, 2000. apud. DIAS, 2008, grifo nosso).

A documentação é uma função indispensável não só para democratizar o acesso à experiência humana, mas também para estabelecer as linhas de inteligibilidade da trajetória humana (MENEZES, 1992). Mas por ser um “monumento vivo” é que se compreende que o tempo é um elemento complementar ao projeto do jardim. Assim, a autenticidade também diz respeito ao envelhecimento natural das espécies vegetais do jardim, de maneira que o tempo também proporciona um valor à imagem presente do jardim (AÑON, 1994).

Um jardim, caso corretamente conservado, é visto por sucessivas gerações as quais o percebem de forma diferente da sua anterior e da sua sucessora. É que se trata de um documento cultural que se renova e se deteriora, e que com a ação humana descuidada pode comprometer o significado ou o testemunho futuro. Assim, o perigo das intervenções em jardins está na busca de princípios unicamente históricos e arqueológicos, deixando de ser considerados os emocionais relacionados à mudança de tempo.

The real achievement of the artist in the garden is to keep this transformation within the limits intended for his work of art; its components might have changed, transformed, be various and multi-faceted, but the capacity and action to control them must always be in the hands of the creator so that his/her intentions and aims persist over the action of time and elements (AÑON, 1994: 267).

A chamada “pátina” em monumentos históricos é desejada e recomendada para a transmissão de sua significação. No entanto, no monumento vivo estas marcas do tempo estão relacionadas ao ciclo natural de vida e morte da natureza, fator que se altera constantemente. Por esta razão, deve-se compreender a sua substância vegetal como potencialmente renovável e perecível. No entanto, este é o principal problema da recolocação



Figura 1: O jardim de interesse histórico do Campo de Santana atualmente. Fonte: Foto de Inês Andrade, 2008.

periódica, evitar a aparência de “novo”, ou seja, com o passar do tempo o jardim perder o contato com o seu passado (recriar um pastiche do original).

Restoration is not, of course, the end of the story, as many seem to suppose. Restoration consists of rebuilding and replanting the structure and then reviving, restarting and sustaining the complex web of systems and processes contained within the garden (SALES, 2003:6).

Para evitar esta deturpação da restauração, deve-se ser criterioso na substituição das plantas; principalmente recomenda-se manter uma linha de continuidade através da reutilização de materiais, e buscar obter materiais das fontes originais - tais como, sementes e mudas de plantas - evitando outras introduções. As renovações devem ser graduais e seguir um plano de conservação, a fim de antecipar o desenvolvimento do jardim.

A partir da década de 1980, com a introdução do termo “destinação compatível”, um novo foco de discussão é introduzido: a apropriação por uso compatível dos bens culturais.

As destinações compatíveis são as que implicam a ausência de qualquer modificação, modificações reversíveis em seu conjunto ou, ainda, modificações cujo impacto sobre as partes da substância que apresentam uma significação cultural seja o menor possível (Carta de Burra, 1980, Art. 7 apud. CURY, 1995:249).

Os documentos normativos de preservação consideram que a “destinação compatível” é a utilização que implica em impacto mínimo de agenciamento do bem. Desta maneira, a configuração dos espaços internos é preservada, embora assumindo um novo uso. Já a “adaptação” configura um agenciamento mais abrangente, de maneira a readequar os espaços para uma nova destinação, mas sem destruir sua significação cultural.

Esta adaptação requer que a nova destinação não prejudique ou destrua a sua significação cultural. A possibilidade de diversidade de usos para englobar a atividade de lazer qualifica em termos de obsolescência, durabilidade e estabilidade um espaço livre da edificação ou de urbanização, portanto também os espaços verdes. A longevidade do jardim de interesse histórico, enquanto parte de um

patrimônio verde público urbano, está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este possui à chamada “qualificação”. Ou seja, “quanto mais e melhor possa ser apropriado (o espaço), desde que convenientemente mantido, maior vai ser sua aceitação social e por mais tempo será mantida sua identidade morfológica” (MACEDO, 1996:11, grifo nosso).

A cultura é integrada às dimensões fundamentais do cotidiano e do trabalho da vida humana. Essa “qualificação cultural” das atividades humanas deve ser suficiente e estar presente na escolha dos programas compatíveis com os diversos bens arquitetônicos preservados. Não devem objetivar torná-los peças de museus, pois esta concepção poderia levar-nos a conferir ao monumento uma propriedade de vida e morte. Pois, uma vez considerando que o monumento teve sua época de apogeu, o que hoje se conserva seria apenas o resquício ou casca da sombra do que foi um dia (momento de declínio).

Como revitalizar o centro histórico? Transformando botequim em centro cultural? O botequim era um centro cultural. [...] A cidade é o lugar da reprodução do conhecimento na fala diária dos homens que precisam conviver. Se você faz o panegírico do edifício especificamente cultural, primeiro você nega que, antes, ali havia cultura (ROCHA, 2007:66).

Assim, revitalizar os bens preservados através do uso compatível e original é reintegrá-los à comunidade e perpetuá-los às gerações futuras acrescidos com novas cargas de memória. Deve-se ter em mente que cada situação representará desafios mais ou menos complexos devido às características morfológicas próprias e por refletirem formas de viver distintas de um passado recente ou não. Assim, deve ser ponderada a possibilidade de adequação aos padrões de morar, trabalhar, circular e de entretenimento contemporâneo.

É evidente que nem todos os bens culturais devem ou podem ser restaurados, mas a ação de selecionar esses monumentos deve ter claros os seus propósitos e motivações. O confronto dos novos usos desejados com as possibilidades de modernização de uma edificação, considerada obsoleta, deve ser sempre analisado à luz da teoria de preservação e da

arquitetura. Logo, é uma opção consciente e responsável.

Sem reflexão, sem escolha, sem comparações, o artista é incapaz de dominar o conteúdo que pretende tratar, e um erro é pensar que o verdadeiro artista não sabe o que faz. Nunca ele poderá dispensar a concentração de alma (HEGEL, 1999:275, grifo nosso).

Pensamento crítico sobre as permanências

Essa discussão do recorte cronológico é importante, pois o jardim de interesse histórico é aquele que produzido no passado, seja este recente ou não, desperta algo no presente: “Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado ‘monumento’” (Carta de Florença, Art. 1, 1981 apud CURY, 2000:253, grifo nosso). Assim, a mudança do termo é defendida para consolidar que os bens culturais selecionados para a preservação foram produto de uma escolha consciente, isto é, por suas atribuições culturais.

A imagem demonstra, o simbolismo afirma. O fenômeno ingenuamente contemplado não é, como o símbolo, carregado de história. O símbolo é uma conjunção de tradições de múltiplas origens. Todas essas origens não são reanimadas na contemplação. O presente é mais forte do que o passado da cultura (BACHELARD, 1989:35, grifo nosso).

A permanência destes símbolos que são testemunho histórico-cultural escolhidos de maneira consciente, seguindo um juízo cultural, na paisagem dá sentido à memória construída em nosso presente. Dessa maneira, esse juízo não é e não deve ser atemporal. A expressão artística dominante é uma imagem ideal, isto é, é a oficialização de uma determinada idéia de criação e de originalidade que foi normatizada. Esta oficialização implica que outras vanguardas foram desconsideradas no processo, mas que nem por isso deixam de existir, e que por alguma razão esta imagem ideal foi patrocinada por uma elite dominante, e inevitavelmente perde a sua qualidade inicial de efervescência cultural. Assim, os artistas e arquitetos interiorizam certos traços e rejeitam outros da expressão artística anterior.

A imaterialidade e certeza efêmera é um elemento típico da pós-modernidade. Embora a confirmação da natureza subjetiva do pensamento pós-moderno seja controversa, é um elemento libertador, pois tira parte do peso da responsabilidade de catalogar, rotular e organizar tudo - base do pensamento da intervenção em bens culturais. Ainda que a função da preservação do monumento seja a de lembrar e comunicar, é evidente que alguns monumentos não precisam ser conservados, pois podem ser registrados de outras maneiras. Esse é o caso das paisagens culturais, categoria de bem cultural que não é claramente delimitado ou tangível.

A seleção do representativo não pode ser aplicável a tudo, e quando escolhido não pode se restringir aos limites físicos, pois outros fatores interferem em seu "sistema" (ou "ecossistema"). Deve-se prestar mais atenção naquilo que elegemos como bem preservado, de maneira a privilegiar mais seu caráter social e cultural. Neste sentido, o objeto, isto é, a "memória a ser celebrada" tem de estar de acordo com as memórias associadas a ele. Caso contrário, estar-se-á fabricando memórias para justificar a permanência de determinado artefato. A arquitetura presta um serviço social, acima da técnica e da arte, logo a fabricação de memórias esvazia o valor cultural do objeto arquitetônico.

A função do patrimônio é ser construtiva (Choay 2001), já que a identidade cultural é fundada de forma dinâmica. Por conseguinte, a disciplina deve existir não só para perpetuar os testemunhos do passado, mas para dialogar com esse passado através da sua apropriação e releitura. Essas ações não implicam na conservação da substância original do objeto arquitetônico, mas são tomadas conscientes das condicionantes qualitativas da arte de edificar. O objeto final da disciplina e das ações da preservação não é a perpetuação da cultura material, mas sim a fruição desta para uma comunidade. Portanto, desempenha um papel social, no qual a apropriação social é do monumento.

Referências bibliográficas

- AÑON, Carmen Feliú. Authenticity garden and landscape. In: UNESCO. Nara Conference on Authenticity: Unesco World Heritage Convention, 1994, Nara, Japan. Proceedings... Nara, Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1994, p. 265-269.
- BACHELARD, Gaston. A chama de uma vela. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.
- CURY, Isabelle (org.). Cartas patrimoniais. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio IPHAN/Ministério da Cultura, 2000.
- DIAS, Robério. O Patrimônio paisagístico do Sítio Roberto Burle Marx: uma visão geográfica. 2008. Tese. (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HEGEL, Friedrich. Estética: o belo artístico ou o ideal. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). International Symposium on the conservation and restoration of gardens of historical interest. General Assembly of the International scientific committee for historic gardens and cultural landscapes, 1, 1971, Fontainebleau. Proceedings... Fontainebleau, France: ICOMOS/IFLA/UNESCO, 1971. p. 42-52.
- MACEDO, Silvio Soares. "Paisagem urbana: os espaços livres como elementos de desenho urbano". Caderno Paisagem Paisagens, Bauru, São Paulo, n. 1, p. 7-20, 1996.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Cidade, Práticas Museológicas e Qualificação Cultural. In: Congresso Latino-americano sobre a cultura arquitetônica e urbanística: patrimônio ambiental urbano e qualidade de vida, II, 1992, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Unidade Editorial, 1992. p. 109-117.
- RIEGL, Alois. El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen. Madrid: Visor, 1999.
- ROCHA, Paulo Mendes da. "Uma cidade degenerada". Carta Capital, Plural, ano XIII, nº 457, 15 de agosto de 2007, p. 64-66.
- SALES, John. "Garden Restauration past and Present". Garden History: the Journal of the Garden History Society, London. v.23, n.1/Summer, p.1-9, 1995.